



CENTRO SOCIAL, RECREATIVO E CULTURAL DE VILAR MAÇADA
Nº Contribuinte, 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada

CONTAS

DE

GERÊNCIA

2021

Balanco Individual em 31-12-2021

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.878.718,13	1.907.556,97
Propriedades de investimento		18.380,00	18.380,00
Ativos intangíveis	5	10.209,00	10.209,00
Investimentos financeiros	6	8.677,52	7.112,52
		1.915.984,65	1.943.258,49
Ativo corrente			
Inventários	7	1.771,40	2.240,37
Créditos a receber	14.2	5.734,00	9.474,63
Estado e outros entes públicos	14.3	7.734,85	1.995,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	14.8	8.646,00	6.309,00
Outros ativos correntes	14.4	166.872,33	167.989,47
Diferimentos	14.6	3.401,68	79.211,49
Caixa e depósitos bancários	14.1	278.906,45	252.140,67
		473.066,71	519.360,72
Total do ativo		2.389.051,36	2.462.619,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	832.695,40	832.695,40
Resultados transitados	12	679.515,25	584.920,42
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	12	559.412,58	575.550,60
		2.071.623,23	1.993.166,42
Resultado líquido do período	12	32.191,34	-23.576,04
Interesses minoritários			
Total do Fundo Patrimonial		2.103.814,57	1.969.590,38
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	55.670,87	118.170,87
		55.670,87	118.170,87
Passivo corrente			
Fornecedores	14.4	29.278,78	33.805,95
Estado e outros entes públicos	14.3	18.089,97	17.447,59
Financiamentos obtidos	11	61.637,68	179.122,70
Diferimentos	14.6	5.195,69	4.833,08
Outros passivos correntes	14.5	115.363,80	139.648,64
		229.565,92	374.857,96
Total do passivo		285.236,79	493.028,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.389.051,36	2.462.619,21


 A Entidade
 Centro Social Recreativo e
 Cultural de Vilar de Maçada
 N.º Contribuinte 503 660 370
 Largo do Adro, n.º 20
 5070-576 Vilar de Maçada

O Contabilista Certificado

Luis Leite
 CC n.º 39242


Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada
 Contribuinte: 503660370
 Exercício: 2021

Moeda: EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	529.651,57	553.035,03
Subsídios, doações e legados à exploração	10	634.973,91	566.623,61
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-76.834,25	-82.372,80
Fornecimentos e serviços externos	14.7	-243.880,86	-239.221,83
Gastos com o pessoal	12; 14.4	-743.211,63	-701.675,60
Aumentos/reduções de justo valor		37,31	
Outros rendimentos	14.4	117.233,02	129.164,76
Outros gastos	14.4	-80.789,96	-29.439,06
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		137.179,11	196.114,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-99.066,20	-93.122,18
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38.112,91	102.991,93
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	14.8	-5.921,57	-8.397,10
Resultado antes de impostos		32.191,34	94.594,83
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		32.191,34	94.594,83

A Entidade
 Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada
 N.º Contribuinte 503 660 370
 Largo do Adro, n.º 20
 5070-576 Vilar de Maçada



O Contabilista Certificado

Luís Leite
 CC n.º 39242

Centro Social Rec. Cultural de Vilar de Maçada

Contribuinte: 503660370

Exercício: 2021

Moeda: EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		532.233,88	557.956,15
Recebimentos de subvenções		503.390,54	493.058,88
Pagamentos a fornecedores		-360.290,59	-375.713,97
Pagamentos ao pessoal		-726.990,65	-610.884,12
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	-51.656,82	64.416,94
Outros Recebimentos/Pagamentos		4.042,92	51.608,52
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	-47.613,90	116.025,46
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-64.594,65	-65.459,13
Recebimentos provenientes de:			
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	-64.594,65	-65.459,13
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		191.934,32	120.482,43
Pagamentos respeitantes a:			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	138.974,33	57.871,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		26.765,78	108.437,44
Caixa e seus equivalentes no início do período	14.1	252.140,67	143.703,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.1	278.906,45	252.140,67

A Entidade
Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada
Nº Contribuinte 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada



O Contabilista Certificado

Luis Leite
C C n.º 39242



Handwritten signature and initials in blue ink.

ANEXO (Período 2021)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada

NIPC 503 660 370

1.2 – Sede

Largo do Adro, n.º 20

5070-576 Vilar de Maçada

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos com e sem alojamento.

Dispõe, também, de uma Creche e um ATL para apoio à primeira infância.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;



Handwritten signature and date: 15/06/2015

- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do



Handwritten signature and initials in blue ink.

recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:



[Handwritten signature and initials]

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensurados ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.



*Provedor
Instituto*

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.



Handwritten signature and initials in blue ink.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.



Handwritten signature and initials in blue ink.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos. E alterações dos modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Terrenos e rec. Naturais	10.000,00			10.000,00			10.000,00
Edif. e outras construções	2.202.999,06	8.198,73		2.211.197,79	32.072,80	-1.894,20	2.241.376,39
Equipamento básico	253.530,34	19.500,02		273.030,36	5.944,28		278.974,64
Equipamento de transporte	129.256,84	39.786,58	-18.800,00	150.243,42			150.243,42
Equipamento administrativo	58.127,56	4.021,06		62.148,62	1.895,50		64.044,12
Out. ativos fixos tangíveis	18.697,35			18.697,35			18.697,35
AFT em curso	57.229,74			57.229,74	32.208,98		89.438,72
Sub-total	2.729.840,89	71.506,39	-18.800,00	2.782.547,28	72.121,56	-1.894,20	2.852.774,64
Depreciações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Edif. e outras construções	445.242,02	49.149,53		494.391,55	51.400,40		545.791,95
Equipamento básico	197.155,59	18.850,00		216.005,59	18.156,67		234.162,26
Equipamento de transporte	85.965,68	22.703,99	-18.800,00	89.869,67	26.640,97		116.510,64
Equipamento administrativo	54.966,86	1.841,37		56.808,23	2.290,87		59.099,10
Out. ativos fixos tangíveis	17.337,98	577,29		17.915,27	577,29		18.492,56
Sub-total	800.668,13	93.122,18	-18.800,00	874.990,31	99.066,20		974.056,51
Quantias líquidas escrituradas	1.929.172,76	-21.615,79		1.907.556,97	-26.944,64	-1.894,20	1.878.718,13

5 – Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.2.2 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Programas de computador	2.531,34			2.531,34			2.531,34
Sub-total	2.531,34			2.531,34			2.531,34
Amortizações e perdas por imparidade	2019	Adições	Alienações /abates	2020	Adições	Alienações /abates	2021
Programas de computador	2.531,34			2.531,34			2.531,34
Sub-total	2.531,34			2.531,34			2.531,34
Quantias líquidas escrituradas							

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo



Handwritten signature and initials in blue ink.

Entidades	2019	Aumentos	Diminuições	2020	Aumentos	Diminuições	2021
FRSS	339,46			339,46			339,46
Fundo Compensação Trabalho	5.090,85	2.174,45	492,24	6.773,06	2.688,05	1.123,05	8.338,06
Total	5.430,31	2.174,45	492,24	7.112,52	2.688,05	1.123,05	8.677,52

7 – Inventários

Ver ponto 3.1.2.5 na nota 3 deste anexo

7.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.771,40	2.240,37
Total	1.771,40	2.240,37

c) A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2021			2020		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		2.240,37	2.240,37		2.421,57	2.421,57
Compras		76.365,28	76.365,28		82.191,60	82.191,60
Inventários no fim do período		1.771,40	1.771,40		2.240,37	2.240,37
CMVMC		76.834,25	76.834,25		82.372,80	82.372,80

8 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Réditos reconhecidas no período	2021	2020
Prestação de serviços	529.651,57	553.035,03
Juros	17,55	8,12
Total	529.669,12	553.043,15

9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

10 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

10.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2021	2020
Imputação de sub. para investimentos	16.138,02	16.138,02

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2021	2020
Segurança Social	491.082,20	488.829,30
IEFP	19.028,37	21.834,77
POAPMC	21.390,36	6.783,14
Formações Modulares	94.742,81	38.192,19
Autarquia		3.000,00
Adaptar +	5.603,67	7.984,21
Compensação RMMG	3.126,50	
Total	634.973,91	566.623,61

11 – Instrumentos financeiros

11.1 – Financiamentos obtidos

Ver ponto ii) 3.1.2.7 na nota 3 deste anexo



*Luís
Ferreira
Lopes*

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2020				
MGN.º 0055361000924	44.120,71	61.770,80		105.891,51
CA N.º 56054026478	16.831,12	56.400,07		73.231,19
Total	60.951,83	118.170,87		179.122,70
2021				
MGN.º 0055361000924	44.406,54	16.770,80		61.177,34
CA N.º 56054026478	17.231,14	38.900,07		56.131,21
Total	61.637,68	55.670,87		117.308,55
Varição (2021-2020)	685,85	-62.500,00		-61.814,15

11.2 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2019	Aumentos	Reduções	2020	Aumentos	Reduções	2021
Fundos Líquidos	832.695,40			832.695,40			832.695,40
Resultados transitados	449.254,65	158.997,80	-23.332,03	584.920,42	94.594,83		679.515,25
Outras variações no Fundo Patrimonial	565.188,62	26.500,00	-16.138,02	575.550,60	0,05	-16.138,07	559.412,58
Resultado Líquido	158.997,80	94.594,83	-158.997,80	94.594,83		-94.594,83	
Total	2.006.136,47	280.092,63	-198.467,85	2.087.761,25	94.594,88	-110.732,90	2.071.623,23

12 – Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

12.1 – Número médio de empregados

Vínculo	Início ano	Admissões	Demissões	Final ano
Efetivos	13	3	2	14
Termo certo	38	23	14	47
Termo incerto	2	1		3
Total	53	27	16	64
Número médio				58,5

Gastos com pessoal	2021	2020
Funcionários:	733.446,84	688.773,07
Remunerações	576.808,63	539.649,90
Sub. Alimentação	36.099,00	36.000,00
Encargos seg. social	120.539,21	113.123,17
Seguros	5.827,28	5.635,27
Outros	3.937,51	7.267,26
Total	743.211,63	701.675,60

12.2 – Órgãos sociais



[Handwritten signature]

Os órgãos sociais não são remunerados.

12.3 – Número médio de voluntários

Não existem

13 – Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 – Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2021.

13.2 – Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2021.

13.3 – Os vencimentos de dezembro de 2021 foram integralmente liquidados em janeiro de 2022 não existindo dívida a estes.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2021	2020
Caixa		
Depósitos à Ordem	274.406,45	248.640,67
Depósitos a Prazo	4.500,00	3.500,00
Total	278.906,45	252.140,67

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.



*Faculdade
Impressão*

14.2 – Clientes, utentes, fornecedores, fundadores e instituidores

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço a rubrica “Clientes/Utentes” no balanço passou a designar-se “Créditos a Receber”.

14.3 – Estado e outros entes públicos

14.4 – Outros ativos/passivos correntes

Outras contas a receber/pagar	2021	2020
Ativo - Outros créditos a receber		
Município de Alijó	146.400,00	146.400,00
IEFP	18.254,22	15.386,46
Junta de Freguesia de Vilar de Maçada	1.800,00	1.800,00
SS Adaptar +		3.992,10
Dividas de Fornecedores	418,11	410,91
Rappel		
Total	166.872,33	167.989,47
Passivo - Outros passivos correntes		
Remunerações a pagar	671,91	36.603,00
Credores por acréscimos de gastos	100.891,33	89.481,16
Fornecedores de Investimentos	1.412,77	5.242,89
Despesas de utentes	12.261,70	8.321,59
Penhoras de vencimentos	126,09	
Total	115.363,80	139.648,64

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho estabelece alterações ao nível da configuração do balanço.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

14.5 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2021	2020
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Total		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	565,00	535,00
Férias e Sub. Férias a liquidar	79.573,06	70.290,14
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	3.943,53	4.335,10
Total	84.081,59	75.160,24

14.6 – Diferimentos

Diferimentos	2021	2020
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	3.401,68	2.231,75
Formações Modulares		76.979,74
Total	3.401,68	79.211,49
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
IEFP	5.195,69	4.833,08
Total	5.195,69	4.833,08



[Handwritten signature]
[Handwritten text]

14.7 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2021	2020
Trabalhos especializados	22.667,65	20.560,25
Publicidade e propaganda	710,63	851,01
Vigilância e segurança	4.440,16	810,69
Honorários	12.793,01	4.236,99
Conservação e reparação-edifícios o. const.	11.043,05	9.574,65
Conservação e reparação-eq. Básico	6.921,65	2.664,05
Conservação e reparação-eq. transporte	7.671,77	11.100,81
Serviços bancários	219,85	820,50
Ferramentas e utensílios	8.916,09	15.915,04
Material de escritório	6.952,52	7.449,89
Eletricidade	35.532,19	36.491,09
Combustíveis	59.526,71	52.668,09
Água	48,72	30,63
Deslocações e estadas	172,02	455,30
Rendas e alugueres	5.485,80	2.730,60
Comunicação	10.249,13	10.986,04
Seguros	6.274,20	6.408,96
Contencioso e notariado		153,50
Despesas de representação	70,00	130,00
Limpeza, higiene e conforto	42.400,96	49.327,80
Outros FSE	1.784,75	5.855,94
Total	243.880,86	239.221,83

14.8 – Outros gastos

Outros Gastos	2021	2020
IMI	193,79	150,50
Imposto s/ transportes rodoviários		32,52
Taxas	81,51	388,69
Correções de períodos anteriores	3.111,37	2.730,93
Quotizações	110,00	
Multas e penalidades	313,55	186,11
Outros	76.979,74	25.950,31
Total	80.789,96	29.439,06



14.9 – Gastos e perdas de financiamento

Ver ponto 3.1.2.6 na nota 3 deste anexo

Gastos e perdas de financiamento	2021	2020
Juros suportados	5.816,57	8.151,14
Despesas bancárias e comissões	105,00	245,96
Total	5.921,57	8.397,10

14.10 – Outros rendimentos

Outros Rendimentos	2021	2020
Descontos pp obtidos	126,62	30,01
Correções de períodos anteriores	13.867,59	11.531,33
Imputação de Sub. Investimento	16.138,02	16.138,02
Juros obtidos de depósitos bancários	17,55	8,12
Outros	87.083,24	101.457,28
Total	117.233,02	129.164,76

14.11 – Acontecimentos após data de balanço

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 32.191,34€ para Resultados Transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vilar Maçada, 09 de março de 2022

A Entidade

Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada
Nº Contribuinte 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada


O Contabilista Certificado


Luís Leite
CC n.º 39242



CENTRO SOCIAL, RECREATIVO E CULTURAL DE VILAR MAÇADA
Nº Contribuinte, 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada

RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2021



Handwritten signature and initials in blue ink.

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2021)

Ex.mos Sr(s)

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Centro Social Recreativo e Cultural de Vilar de Maçada** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2021, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 32.191,34€.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do volume de negócios

	2021	2020	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Prestação de Serviços	529.651,57	553.035,03	-23.383,46	-4,23%
Volume de Negócios	529.651,57	553.035,03	-23.383,46	-4,23%

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)



Handwritten signature and stamp

Quadro da evolução dos gastos

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	76.834,25	82.372,80	-5.538,55	-6,72%
FSE	243.880,86	239.221,83	4.659,03	1,95%
Trabalhos Especializados	22.667,65	20.560,25	2.107,40	10,25%
Publicidade e Propaganda	710,63	851,01	-140,38	-16,50%
Honorários	12.793,01	4.236,99	8.556,02	201,94%
Conservação e Reparação	25.636,47	23.339,51	2.296,96	9,84%
Ferramentas e Utensílios	8.916,09	15.915,04	-6.998,95	-43,98%
Artigos para Oferta	229,48	90,00	139,48	154,98%
Eletricidade	35.532,19	36.491,09	-958,90	-2,63%
Combustíveis	59.526,71	52.668,09	6.858,62	13,02%
Deslocações e Estadas	172,02	455,30	-283,28	-62,22%
Comunicação	10.249,13	10.986,04	-736,91	-6,71%
Despesas de Representação	70,00	130,00	-60,00	-46,15%
Outros	67.377,48	73.498,51	-6.121,03	-8,33%
TOTAL FSE	243.880,86	239.221,83	4.659,03	1,95%
Gastos Com Pessoal	743.211,63	701.675,60	41.536,03	5,92%
Depreciações e Amortizações	99.066,20	93.122,18	5.944,02	6,38%
Outros Gastos e Perdas	80.789,96	29.439,06	51.350,90	174,43%
Juros	5.816,57	8.151,14	-2.334,57	-28,64%
Outros Gastos e Perdas Financiamento	105,00	245,96	-140,96	-57,31%
Total dos Gastos e Perdas Financ.	5.921,57	8.397,10	-2.475,53	-29,48%
Total dos Gastos e Perdas	1.249.704,47	1.154.228,57	95.475,90	8,27%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2021 a 1.164.625,48€ (1.119.658,64€ em 2020).

Evolução dos rendimentos

	2017	2016	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	529.651,57	553.035,03	-23.383,46	-4,23%
Subsídios à exploração	634.973,91	566.623,61	68.350,30	12,06%
Ganhos por aumentos de justo valor	37,31		37,31	
Outros rendimentos	117.215,47	129.156,64	-11.941,17	-9,25%
Juros, dividendos e outros rendimentos simi	17,55	8,12	9,43	116,13%
Total dos Rendimentos	1.281.895,81	1.248.823,40	33.072,41	2,65%



Handwritten signature and initials in blue ink.

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	32.072,80	8.198,73	23.874,07	291,19%
Equipamento Básico	5.944,28	19.500,02	-13.555,74	-69,52%
Equipamento de Transporte		39.786,58	-39.786,58	-100,00%
Equipamento Administrativo	1.895,50	4.021,06	-2.125,56	-52,86%
AFT em curso	32.208,98		32.208,98	
Total	72.121,56	71.506,39	615,17	0,86%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2021	2020	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	10.000,00	10.000,00		
Edifícios	2.241.376,39	2.211.197,79	30.178,60	1,36%
Equipamento Básico	278.974,64	273.030,36	5.944,28	2,18%
Equipamento de Transporte	150.243,42	150.243,42		
Equipamento Administrativo	64.044,12	62.148,62	1.895,50	3,05%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	18.697,35	18.697,35		
AFT em curso	89.438,72	57.229,74	32.208,98	56,28%
Total	2.852.774,64	2.782.547,28	70.227,36	2,52%

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 188.987,18€ (185.768,19€ em 2020).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 164.677,30€ (251.854,01€ em 2020).

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Ferreiro' and 'Piquete'.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Direção em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.

11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.



CENTRO SOCIAL, RECREATIVO E CULTURAL DE VILAR MAÇADA
Nº Contribuinte, 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2021 será proposta a transferência do resultado líquido negativo de 32.191,34€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Vilar de Maçada, 09 de março de 2022

A Entidade



Centro Social Recreativo e
Cultural de Vilar de Maçada

Nº Contribuinte 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada



CENTRO SOCIAL, RECREATIVO E CULTURAL DE VILAR MAÇADA
Nº Contribuinte, 503 660 370
Largo do Adro, nº 20
5070-576 Vilar de Maçada

Handwritten signature in blue ink.

